SÃO SEBASTIÃO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICIPAL
SÃO SEBASTIÃO SP-BRASIL
Edição nº 435 – 26 de Fevereiro de 2019

JUNTA MEDICA OFICIAL – 01/03/2019
Os servidores abaixo relacionados deverão comparecer para perícia com a Junta Médica Oficial no dia 01 de março de 2019, na sede da Unidade de Saúde Ocupacional sito à Rua Armando Salles de Oliveira, nº 340- Centro- São Sebastião-SP.
Maria Regina Silva Santos – **01/03/2019 as 13:00**
Osmar Lucio de Castro – **01/03/2019 as 13:00**
Daniella Tessaiol – **01/03/2019 as 13:00**
Almir Morais – **01/03/2019 as 13:00**
Polucena Fernandes Marcos – **01/03/2019 as 14:30**
Marlete de Oliveira – **01/03/2019 as 14:30**
Simaura Ferreira Lopes – **01/03/2019 as 15:00**
Maria de Souza Santos – **01/03/2019 as 15:00**
Thiago Justino de Carvalho – **01/03/2019 as 16:00**
Jose Roberto Bonafe – **01/03/2019 as 16:00**

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 210/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2019.
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais e nos termos das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 resolvo **Homologar** o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº 001/2019, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE BEBEDOUROS E PURIFICADORES DE ÁGUA, em favor da empresa:
MEGA GLOBAL FORNECEDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, inscrita no CNPJ 28.037.466/0001-80, cujo preço final foi:
LOTE ÚNICO - R$ 74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos reais).
São Sebastião, 25 de fevereiro de 2019.
CARLOS EDUARDO ANTUNES CRAVEIRO
Diretor Presidente

Extrato do Contrato Administrativo – 2019SEDUC019 – Processo n.º 60.067/19
Contratada: Auto Viação São Sebastião Ltda.
Objeto: Fornecimento de passes escolares na forma de bilhete eletrônico "BUSSCARD", para alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Infantil da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC.
Prazo: 12 (doze) meses.
Inexigibilidade de Licitação: nº 002/19
Valor: R$ 11.792.541,41 (onze milhões, setecentos e noventa e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos).
Data: 21.02.2019
Assinam: Felipe Augusto pelo Município e Luis Fernando Corazza Geniolli pela Contratada.

Extrato do Contrato Administrativo – 2019SEDUC020 – Processo n.º 60.057/19
Contratada: Auto Viação São Sebastião Ltda.
Objeto: Fornecimento de passes escolares na forma de bilhete eletrônico "BUSSCARD", para alunos do Ensino Médio da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC.
Prazo: 12 (doze) meses.
Inexigibilidade de Licitação: nº 002/19
Valor: R$ 1.165.380,00 (um milhão, cento e sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta reais).
Data: 21.02.2019
Assinam: Felipe Augusto pelo Município e Luis Fernando Corazza Geniolli pela Contratada.

Extrato do Termo Aditivo nº 02 do Contrato Administrativo – 2018SEDES094 – Processo nº 61.767/2018
Contratada: Auto Viação São Sebastião Ltda.
Contratante: Município de São Sebastião.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original.
Prazo: 06 (seis) meses
Modalidade: Inexigibilidade nº 041/2018
Data: 08/02/2019
Assinam: Felipe Augusto pelo município e Luis Fernando Corazza Geniolli pela contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
COMUNICADO PREGÃO PRESENCIAL 050/2018
COMUNICAMOS QUE POR ERRO FORMAL, FICA ALTERADA DE DATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2018 CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, PARA O DIA 18.03.2019, NO MESMO LOCAL E HORÁRIO INDICADOS NO EDITAL. O EDITAL COMPLETO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO SITE WWW.SAOSEBASTIÃO.SP.GOV.BR
LUIZ CARLOS BIONDI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
COMUNICADO PREGÃO PRESENCIAL 063/2018
COMUNICAMOS QUE POR ERRO FORMAL, FICA ALTERADA DE DATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2018 CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS PARA O DETRAF, PARA O DIA 15.03.2019, NO MESMO LOCAL E HORÁRIO INDICADOS NO EDITAL. O EDITAL COMPLETO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO SITE WWW.SAOSEBASTIÃO.SP.GOV.BR
LUIZ CARLOS BIONDI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n°01 ao Contrato Administrativo –2018SEGUR009 – Processo n.º 60.047/18
Locadores: Artur Ramirez Balut e Daiana Sanches Balut.
Locatário: Município de São Sebastião.
Objeto: A Prorrogação do prazo de vigência e alteração do valor pago a titulo de aluguel do contrato original.
Prazo: 12 (doze) meses.
Dispensa Por Justificativa: 02/18
Valor: R$ 122.609,40 (cento e vinte e dois mil, seiscentos e nove reais e quarenta centavos)
Data: 31.01.2019
Assinam: Felipe Augusto pelo locatário e Artur Ramirez Balut e Daiana Sanches Balut pelos locadores.

Extrato do Termo Aditivo n°04 ao Contrato Administrativo –2014SESAU102 – Processo n.º 61.470/14
Locadores: Eugênio Carlos Pierotti e Lilian de Carvalho Pierotti
Locatário: Município de São Sebastião.
Objeto: A prorrogação do prazo de vigência e alteração do valor pago a titulo de aluguel do Contrato Original.
Prazo: 12 (doze) meses.
Dispensa Por Justificativa: 015/14
Valor: R$ 326.276,64 (trezentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)
Data: 21/12/2018
Assinam: Felipe Augusto pelo locatário e Eugênio Carlos Pierotti e Lilian de Carvalho Pierotti pelos locadores.

Extrato do Contrato Administrativo - 2019SEDES018 - Processo n.º 63.030/18
Contratada: D2 Veículo Ltda EPP.
Objeto: Contratação de empresa para locação de veículos para atendimento dos centros de referência da assistência social.
Prazo: 12 (doze) meses.
Pregão Presencial nº: 117/18.
Valor: R$ 73.656,00 (setenta e três mil seiscentos e cinquenta e seis reais).
Data: 11/02/2019.
Assinam: Felipe Augusto pelo Município e Luiz Alberto Garavello da Silva pela Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
Processo nº 2286/19
Auto 27366 - DEMOLIÇÃO
Infração Ambiental: Construção sem autorização.
Local: Rua Odisseu, nº 52-c3 – Bairro: Canto do Mar
Infrator: **LUCIANA FERREIRA MARTINES**
Tendo sido Improfícuos os meios de **NOTIFICAR** sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada a lavratura do Auto nº 27366 de **DEMOLIÇÃO** para a construção sem autorização **no endereço supra citado no PRAZO DE 24h (viste e quatro horas), conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33º, inciso I. Regulamentada pela Lei 2256/13.**
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Antônio Januário do Nascimento nº 213 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental – Tel. 38926000/ramal 201
Flávio C. Carvalho
Chefe - Fiscalização Ambiental
Cesar Arnaldo Zimmer
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
Processo nº 12468/18
Auto 27885 - DEMOLIÇÃO
Infração Ambiental: Construção sem autorização.
Local: Rua do Oleoduto, s/nº– Bairro: Cambury
Infrator: **MARCELO BONFIM ALVES**
Tendo sido Improfícuos os meios de **NOTIFICAR** sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada a lavratura da **ORDEM de DEMOLIÇÃO** para a construção sem autorização **no endereço supra citado, conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33º, inciso I. Regulamentada pela Lei 2256/13.**
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Antônio Januário do Nascimento nº 213 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental – Tel. 38926000/ramal 201
Flávio C. Carvalho
Chefe - Fiscalização Ambiental
Cesar Arnaldo Zimmer
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
Processo nº 12567/18
Auto 26823 - DEMOLIÇÃO
Infração Ambiental: Construção sem autorização.
Local: Trv da Rua Beira Rio, s/nº– Bairro: Sítio Velho
Infrator: **DESCONHECIDO**
Tendo sido Improfícuos os meios de **NOTIFICAR** sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada a lavratura do Auto nº 27366 de **DEMOLIÇÃO** para a construção sem autorização **no endereço supra citado no PRAZO DE 10(DEZ) DIAS, conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33º, inciso I. Regulamentada pela Lei 2256/13.**
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Antônio Januário do Nascimento nº 213 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental – Tel. 38926000/ramal 201
Flávio C. Carvalho
Chefe - Fiscalização Ambiental
Cesar Arnaldo Zimmer
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
Processo nº 100/2019
Auto 27801 - NOTIFICAÇÃO
Infração Ambiental: Falta de ligação de esgoto a rede coletora.
Local: Rua A Recanto dos Atobás, nº 68 – Bairro: Jaraguá
Infrator: **VALDIRENE VIDAL OLIVEIRA**
Tendo sido Improfícuos os meios de **NOTIFICAR** sobre a autuação pessoalmente dou ciência à parte interessada, através da presente publicação, a lavratura do Auto nº 27801 da **NOTIFICAÇÃO**, **com prazo de 90 (noventa) dias** para ligar o esgoto à rede pública coletora **no endereço supra citado, conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 12, parágrafo 4º, regulamentada pela Lei 2256/13.**

EXPEDIENTE
O Diário Oficial Eletrônico Municipal de São Sebastião é produzido pela Secretaria de Governo/Departamento de Comunicação
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
WWW.SAOSEBASTIAO.SP.GOV.BR
Veículo de Imprensa Oficial / Autorizado pela Lei nº 2436/2017
Beatriz Rego - MTB: 58414/SP
www.saosebastiao.sp.gov.br

SÃO SEBASTIÃO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICIPAL
SÃO SEBASTIÃO SP-BRASIL
Edição nº 435 – 26 de Fevereiro de 2019

Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Antônio Januário do Nascimento nº 213 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental – Tel. 38926000/ramal 201
Flávio C. Carvalho
Chefe - Fiscalização Ambiental
Cesar Arnaldo Zimmer
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
Processo nº 332/19
Auto 27974 - NOTIFICAÇÃO
Infração Ambiental: Falta de calçada.
Local: Av Nereu, s/nº– Bairro: Canto do Mar
Infrator: **BENEDICTO CORREA**
Tendo sido Improfícuos os meios de **NOTIFICAR** sobre a autuação pessoalmente dou ciência à parte interessada, através da presente publicação, da lavratura do Auto nº 27974 da **NOTIFICAÇÃO**, **com prazo de 15 (quinze) dias** para providenciar a construção da calçada no imóvel do **endereço supra citado, conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, art 14, regulamentada pela 2256/13.**
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Antônio Januário do Nascimento nº 213 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental – Tel. 38926000/ramal 201
Flávio C. Carvalho
Chefe - Fiscalização Ambiental
Cesar Arnaldo Zimmer
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
Processo nº 381/19
Auto 27813 - NOTIFICAÇÃO
Infração Ambiental: Falta de calçada.
Local: Rua Perseis, nº 948 – Bairro: Canto do Mar
Infrator: **RUTH GUIMARÃES DIAS**
Tendo sido Improfícuos os meios de **NOTIFICAR** sobre a autuação pessoalmente dou ciência à parte interessada, através da presente publicação, da lavratura do Auto nº 27813 da **NOTIFICAÇÃO**, **com prazo de 15 (quinze) dias** para providenciar a construção da calçada no imóvel do **endereço supra citado, conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, art 14, regulamentada pela 2256/13.**
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Antônio Januário do Nascimento nº 213 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental – Tel. 38926000/ramal 201
Flávio C. Carvalho
Chefe - Fiscalização Ambiental
Cesar Arnaldo Zimmer
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
Processo nº 7075/17
Processo Administrativo - DIVERSOS
Solicita esclarecimento – Auto 25390.
Local: Estrada Rio das Pedras, nº1600 – Bairro: Cambury
Infrator: **HELOISA MORY**
Tendo sido Improfícuos os meios de **NOTIFICAR** sobre a autuação pessoalmente dou ciência à parte interessada, através da presente publicação, comunicando-lhe do **INDEFERIMENTO** do vosso recurso com a manutenção dos procedimentos administrativos face ao não atendimento aos termos da notificação, **conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, art 33, inc I e regulamentada pela 2256/13.**
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Antônio Januário do Nascimento nº 213 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental – Tel. 38926000/ramal 201
Flávio C. Carvalho
Chefe - Fiscalização Ambiental
Cesar Arnaldo Zimmer
Secretário de Meio Ambiente

D E C R E T O Nº 7409/2019
"Dispõe sobre substituição de membros no Conselho Municipal do Meio Ambiente".
FELIPE AUGUSTO, Prefeito Municipal de São Sebastião, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
D E C R E T A
Art. 1º - Substituição do membro titular José Augusto de Carvalho Mello, pelo membro Janine Flausino Teixeira da Silva, matrícula nº 71410-0, representante da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária.
Art. 2º - Substituição do membro suplente Janine Flausino Teixeira da Silva, pelo membro Rhodne Santos Silva, matrícula nº 71648-0, representante da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4° - Revogam –se as disposições em contrário.
São Sebastião, 08 de fevereiro de 2019.
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

D E C R E T O Nº 7419/2019
"Dispõe sobre a retificação do Decreto nº 6904/2017".
FELIPE AUGUSTO, Prefeito do Município de São Sebastião, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a diminuição da metragem da área a ser desapropriada;
CONSIDERANDO a necessidade de se retificar o dispositivo que menciona a metragem da área a ser desapropriada constante no Decreto 6904/2017,
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica retificado o dispositivo constante no item "1" do artigo 1º do Decreto 6904/2017, o qual descreve a metragem e confrontações do imóvel a ser desapropriado, passando a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º - omissis.
1) "Inicia-se no ponto 1 definido pelas coordenadas **N: 7.371.437,8582 m** e **E: 458.710,6699 m,** confrontando com **Avenida Manoel Hipólito do Rego,** deste segue até o ponto **2** definido pelas coordenadas **N: 7.371.440,2220 m** e **E: 458.708,8226 m,** com azimute de **321°59'33"** e distância de **3,00m;** agora confrontando com propriedade de **Rubens Mânica e outros, IPTU:3134.122.4337.0120.0000, Avenida Manoel Hipólito do Rego, n.º 2.650;** deste segue até o ponto **A** definido pelas coordenadas **N:7.371.502,2689m** e **E: 458.801,6707 m,** com azimute **56°14'48"** e distância **111,67m;** agora confrontando com **Área de Marinha Laudêmio,** divisa com propriedade de **Rubens Mânica e outros, IPTU:3134.122.4337.0120.0000; Avenida Manoel Hipólito do Rego, n.º 2.650,** deste segue até o ponto **B** definido pelas coordenadas **N:7.371.499,8927 m** e **E: 458.803,4338 m,** com azimute de **143°25'31"** e distância de **2,96m;** agora confrontando com a propriedade de **Evaristo Rodrigues de Arruda, IPTU: 3134.122.4337.0060.0000, Avenida Manoel Hipólito do Rego, n.º 2.590;** deste segue até o ponto **1** definido pelas coordenadas **N: 7.371.437,8582 m e E: 458.710,6699 m,** com azimute **de 236°13'41"** e distância **de 111,59m.** O perímetro acima descrito encerra uma área de **331,95 m².***"*
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
São Sebastião, 26 de fevereiro de 2019.
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

D E C R E T O Nº 7420/2019
"Dispõe sobre o pagamento de parcela autônoma de complementação de remuneração de servidor público não inferior ao salário mínimo vigente".
FELIPE AUGUSTO, Prefeito Municipal de São Sebastião, no uso de suas atribuições legais e:
CONSIDERANDO seu dever legal de zelar pelo cumprimento das Leis, na forma do disposto no art. 5º, inciso I, da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 9661, de 01º de janeiro de 2019, que fixou o novo valor do salário mínimo no valor de R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019;
CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no art. 7º, inciso IV c/c art. 39, § 3º, assegura ao trabalhador e, por extensão, ao servidor público, remuneração mensal nunca inferior ao valor do salário-mínimo;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade constitucional de os municípios adequarem à remuneração mínima paga aos seus servidores, ao valor do salário mínimo;
D E C R E T A:
Artigo 1º- A partir de 1º de janeiro de 2019, a remuneração de servidor público municipal que seja inferior a R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) será adicionada uma parcela autônoma de complementação ao valor do salário-mínimo, como fixado no Decreto Federal nº 8.948/16.
Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2019.
São Sebastião, 26 de fevereiro de 2019.
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

D E C R E T O Nº 7421/2019
"Dispõe sobre a criação da Junta Médica Oficial e dá outras providências."
FELIPE AUGUSTO, prefeito municipal de São Sebastião no uso de suas atribuições legais, em especial a conferida pelo inciso III, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no disposto no art. 94 e 95 da Lei Complementar nº 146/2011 e pela Lei Complementar nº. 230/2018;
D E C R E T A:
Artigo 1°- Fica criada a Junta Médica Oficial, no âmbito do Poder Executivo Municipal, e servirá de instância técnica superior auxiliar da Secretaria de Administração, atuando com autonomia e soberania em suas decisões técnicas, e terá por atribuição examinar servidor municipal e emitir laudo e parecer técnico de saúde, relativamente a esses mesmos servidores.
Parágrafo único - Os procedimentos periciais regulados neste Decreto aplicam-se aos servidores municipais que demonstrem necessidade de afastamento do serviço, em decorrência de acidente, de patologia e de cirurgias.
Artigo 2°- São instituídas por este decreto as normas técnicas e de procedimentos com a finalidade de orientar os trabalhos da Junta Médica Oficial e dos médicos peritos.
Artigo 3°- A Junta Médica Oficial será composta de 03 (três) médicos, ora denominados peritos, sendo um cardiologista, um ortopedista e um psiquiatra, na forma do disposto no artigo 95 da Lei Complementar n° 146/11, alterado pela Lei Complementar nº 230/18.
§ 1° - A Junta Médica Oficial terá um coordenador, que assumirá a responsabilidade técnica, solidariamente com os demais membros, pelos laudos e exames que a Junta realizar.
§ 2° - Por médico perito entende-se o profissional com a atribuição de pronunciar-se conclusivamente sobre as condições de saúde e de capacitação laborativa do servidor examinado, para fins de enquadramento na situação legal pertinente.
§ 3° - O médico perito, no desempenho de suas atividades, deve ater-se à boa técnica e observar a disciplina legal e administrativa; ser imparcial para não negar o que é legítimo, nem conceder graciosamente o que não é devido.
§ 4º - Nos casos considerados de alta complexidade, poderá a Junta Médica Oficial valer-se do conhecimento de médico especialista, ainda que não integrante do quadro de servidores municipais, a fim de assegurar laudo seguro.
Artigo 4°- A Unidade de Saúde Ocupacional (U.S.O.) convocar o servidor em atestado para exame por parte da Junta Médica Oficial, visando emissão de novo parecer ou laudo, conforme seja o caso.
Artigo 5°- As moléstias, afecções, síndromes, lesões, perturbações mórbidas ou deficiência física, apuradas pela Junta Médica Oficial devem ser registrada na ficha funcional do servidor.
Parágrafo único - Nas atas das perícias e exames realizados pela Junta Médica Oficial, o diagnóstico será lançado segundo o código alfanumérico constante da Classificação Internacional de Doenças – CID.
Artigo 6°- O parecer ou laudo emitidos pela Junta Médica Oficial deve observar a legislação em vigor aplicável e ser expresso de acordo com a finalidade da inspeção.
§ 1º- O parecer deve restringir-se a aspectos técnicos e não deve conter expressões que possam indicar pronunciamento sobre o mérito.
§ 2º- O parecer da inspeção de saúde realizada em portadores de moléstias previstas em lei, passíveis de cura ou de controle, deve especificar o período de tempo no qual o inspecionado haverá de ser submetido à nova inspeção, visando subsidiar a manutenção ou supressão do correspondente benefício.
§ 3º- A Junta Médica Oficial solicitará exames complementares em caso de dúvida quanto à patologia apresentada.
§ 4º- Esses exames serão custeados pelo Município, caso a caso, mediante autorização e indicação da Secretaria da Administração.
Artigo 7°- A Junta Médica Oficial emitirá parecer com as seguintes finalidades:
I- "Apto para o serviço público", quando as condições do inspecionado atenderem todos os requisitos regulamentares, com boas condições de higidez física e mental, tolerando-se, no entanto, lesões e patologia ou restrição física, que não impeçam o exercício da função e desde que compatíveis com a função a ser exercida.
II- "Incapaz temporariamente para o serviço" situação em que a saúde do servidor inspecionado for passível de ser recuperada, a critério médico.
III- "Incapaz definitivamente para o exercício do cargo de investidura", quando o servidor inspecionado apresentar-se definitivamente incapaz para o exercício do cargo, por apresentar lesão, doença ou deficiência física, consideradas incuráveis ou irrecuperáveis, conforme seja o caso, incompatíveis com o cargo investido. Devendo ser readaptado em função de atribuições afins, respeitada a habilitação e o nível de escolaridade exigido, garantida a irredutibilidade de vencimentos.

EXPEDIENTE
O Diário Oficial Eletrônico Municipal de São Sebastião é produzido pela Secretaria de Governo/Departamento de Comunicação
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
WWW.SAOSEBASTIAO.SP.GOV.BR
Veículo de Imprensa Oficial / Autorizado pela Lei nº 2436/2017
Beatriz Rego - MTB: 58414/SP
www.saosebastiao.sp.gov.br

IV- "Incapaz definitivamente para o serviço público. O servidor será encaminhado para aposentadoria por invalidez na forma prevista na Lei Complementar nº 146/2011 e na legislação do Regime Próprio de Previdência do Município".
Artigo 8º- A Junta Médica Oficial deverá emitir o parecer considerando o que está previsto nas normas deste Decreto.
§ 1° - A critério da Administração Municipal, qualquer atestado ou laudo médico poderá se submetido à apreciação da Junta Médica Oficial.
§ 2° - Se do exame procedido na forma do parágrafo anterior resultar suspeita de irregularidade, será determinada a instauração de sindicância para a devida e completa apuração.
Artigo 9° - Na impossibilidade da Junta Médica Oficial pronunciar-se sobre a pré-existência da moléstia ou de deficiência física ou mental do servidor, à data da investidura, a Junta Médica Oficial representará à autoridade competente ~~a~~ para instauração de sindicância a fim de apurar os fatos.
Artigo 10 - Os atos desconformes com o previsto neste Decreto serão considerados nulos, não gerando efeitos legais e sujeitando o servidor por eles responsável às sanções da legislação pertinente.
Artigo 11 - A Junta Médica Oficial entregará ao Departamento de Recursos Humanos o resultado de cada laudo, perícia ou parecer no prazo máximo de 48 horas, contadas de sua conclusão.
Artigo 12 - A Junta Médica Oficial não prescreverá medicação ao servidor examinado, o laudo, a perícia ou o parecer técnico serão elaborados independentemente da concessão ou não da licença.
Artigo 13 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5753/2013.
São Sebastião, 26 de fevereiro de 2019.
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

D E C R E T O Nº 7422/2019
"Autoriza servidor municipal a assinar cheques e realizar transferências bancárias."
FELIPE AUGUSTO, Prefeito Municipal de São Sebastião, no exercício de suas atribuições legais,
D E C R E T A:
Art. 1º - Ficam autorizados os servidores abaixo relacionados a assinarem cheques e realizar transferências bancárias, sem a necessidade da assinatura em conjunto com o Chefe do Poder Executivo no valor de até R$ 2.000,00 (dois mil reais):
Luiz Felipe da Silva Lobato/ CPF nº 349.170.688-27
Secretário da Secretaria da Fazenda
Hermínia Moreira Souza Portes/CPF nº 077.818.298-32
Diretora de Departamento Financeiro – Secretaria da Fazenda
Parágrafo único – Os cheques deverão conter a assinatura de dois servidores acima citados.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2019.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
São Sebastião, 26 de fevereiro de 2019.
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

D E C R E T O Nº 7423/2019
"Autoriza servidor municipal a assinar cheques e realizar transferências bancárias."
FELIPE AUGUSTO, Prefeito Municipal de São Sebastião, no exercício de suas atribuições legais,
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica autorizado o servidor abaixo relacionado a assinar cheques e realizar transferências bancárias, juntamente com o Chefe do Poder Executivo no valor acima de R$ 2.000,00 (dois mil reais):
Luiz Felipe da Silva Lobato/ CPF nº 349.170.688-27
Secretário da Secretaria da Fazenda
Parágrafo único – Os cheques deverão conter a assinatura do Secretário da Secretaria da Fazenda e do Chefe do Poder Executivo.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2019.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
São Sebastião, 26 de fevereiro de 2019.
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

D E C R E T O Nº 7424/2019
"Regulamenta a Lei Municipal nº 1.593/2002, fixando limite mensal de gastos de pequena monta e dá outras providências."
FELIPE AUGUSTO, Prefeito Municipal de São Sebastião, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;
D E C R E T A
Art. 1º - Ficam fixados os valores abaixo, para fins de adiantamento para despesas miúdas de pronta pagamento, conforme artigo 2º, § 1º, da Lei Municipal nº 1.593/2002.
§1º. Às Secretarias Municipais e Fundo Social de Solidariedade fica definido como limite mensal de gastos de pequena monta, o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais).
§2º. Ao Gabinete do Prefeito e as Secretarias Municipais de Administração, de Educação, de Saúde, de Serviços Públicos e de Desenvolvimento Social, fica definido o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), como limite de gastos de pequena monta.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário, em especial os Decretos nº 6779/2017 e 6717/2017.
São Sebastião, 26 de fevereiro de 2019.
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

LEI Nº 2604/2019
"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Idoso, e dá outras providências".
FELIPE AUGUSTO, Prefeito Municipal de São Sebastião, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO E OBJETIVO
Art. 1º – O Conselho Municipal do Idoso de São Sebastião - COMISS, de caráter permanente, tem funções deliberativas no âmbito dos programas e projetos aprovados por maioria absoluta, normativas, consultivas, controladoras e fiscalizadoras da política de defesa dos direitos do idoso, é órgão colegiado máximo, de composição paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada.
Parágrafo único – Considera-se idoso, para efeitos desta Lei, a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, cumprindo-se diretrizes da Política Nacional do Idoso – Lei nº 8.842 de 01/01/1994 e Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741 de 01/10/2003.
Art. 2º – O Conselho Municipal do Idoso de São Sebastião tem como objetivos básicos o estabelecimento, o acompanhamento, o controle e a avaliação da Política Municipal do Idoso.
CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS
Art. 3º – Ao Conselho Municipal do Idoso compete:
I – Formular e propor ao Poder Executivo local, a Política Municipal do Idoso visando à promoção e a garantia do pleno exercício da cidadania ao idoso, observada em vigor, criando condições para sua autonomia, inclusão e participação efetiva na vida familiar, socioeconômica e política-cultural do município de São Sebastião, bem como, a eliminação de preconceitos;
II – Acompanhar, supervisionar e avaliar a Política Municipal do Idoso, através das instâncias de controle social pertinentes;
III – Articular e apoiar projetos e atividades que levem o idoso a participar da solução de seus problemas;
IV – Estimular a criação e a mobilização de organizações e comunidades interessadas na problemática do idoso;
V – Cadastrar e inscrever, de acordo com normas e critérios estabelecidos em resolução específica, entidades públicas e privadas, de defesa, atendimento, prestação de serviços, bem como de centros de convivência que atuem ou pretendam atuar com idoso no âmbito do município de São Sebastião;
VI – Acompanhar a elaboração e a avaliação da proposta orçamentária do município, bem como à análise da aplicação de recursos relativos à competência desse Conselho;
VII – Sugerir prioridades de atuação e de definição da ampliação dos recursos públicos federais, estaduais e municipais, destinados às políticas sociais e especiais de atenção ao idoso, perante os Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos;
VIII – Acompanhar a tramitação da concessão de auxílios, subvenções e verbas públicas repassado mediante termos de parceria às entidades privadas beneficentes e sem fins lucrativos, atuantes na área do idoso;
IX – Propor, aos poderes constituídos, modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, à proteção e à defesa dos direitos do idoso;
X – Organizar e incentivar campanha de conscientização ou programas educativos, para a sociedade em geral, com vistas à valorização, ao bem estar dos idosos e o envelhecimento saudável;
XI – Incentivar o desenvolvimento de projetos que objetivem a participação dos idosos nos diversos setores da atividade social;
XII – Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses dos idosos em todos os níveis;
XIII – Receber petições, denúncias, reclamações, representação ou queixas de qualquer pessoa decorrente de desrespeito aos direitos assegurados aos idosos, com a adição das medidas cabíveis.
Art. 4º – A fim de exercer suas atribuições e competências, caberá ao Conselho Municipal do Idoso:
I – Integrar o idoso ás demais gerações e à sociedade em geral, através de formas alternativas de participação, ocupação e convívio;
II – Ser órgão interlocutor, sempre que necessário, entre o Poder Público e a população idosa do município, emitindo pareceres, analisando, o acompanhamento à elaboração e execução dos programas, projetos e o desenvolvimento dos serviços voltados à população idosa;
III – Fiscalizar e tomar providências para o cumprimento das legislações referentes aos direitos do idoso;
IV – Estimular e assessorar a formação de grupos de convivência e entidade de defesa de direitos do idoso;
V – Fiscalizar programas, projetos, serviços e entidades, tanto de caráter público quanto privado, relacionados à questão da pessoa idosa;
VI – Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso, bem como ações técnicas para a formação de profissionais, orientações à população, valorização da pessoa idosa e discussão de políticas públicas;
VII – Promover, em parceria com o Poder Público Municipal, diagnóstico sobre a população idosa do município a fim de subsidiar a implantação da Política Municipal do Idoso em todas as instâncias e áreas de atividade;
VIII – Estimular, em parceria com o Poder Municipal, a participação do idoso em programas e projetos sócio-esportivos-culturais e educacionais existentes e a serem implantados através de ampla divulgação;
IX – Realizar Conferência Municipal do Idoso a cada 4 (quatro) anos, a fim de acompanhar, avaliar, adequar e propor novas diretrizes de implementação da Política Municipal do Idoso; e anualmente ações de discussão, que ampliem a participação social dos idosos, bem como capacitações, durante a Semana Municipal da Pessoa Idosa, planejada em conjunto com os órgãos do Executivo em Alusão ao Dia Internacional do Idoso, dia primeiro de outubro;
X – Elaborar seu Regimento Interno atualizando-o sempre que necessário, bem como, normas e regulamentações específicas;
XI – Substanciar em Resoluções as deliberações do Conselho Municipal do Idoso referente a normas, regulamentações, pareceres, e outros de interesse público, dando-lhes ampla divulgação.
CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO
Art. 5º – O Conselho Municipal do Idoso será constituído por 16 (dezesseis) membros e respectivos suplentes, dos quais 08 (oito) serão indicados pelo Poder Público Municipal e 08 (oito) representantes da Sociedade Civil, que atuam na área do idoso, observando a seguinte composição:
I - Do Poder Público Municipal:
1 (um) representante do Fundo Social de Solidariedade;
1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Humano;
1 (um) representante da Secretaria de Esportes;
1 (um) representante da Secretaria da Educação;
1 (um) representante da Secretaria da Saúde;
1 (um) representante da Secretaria de Turismo;
1 (um) representante da Secretaria da Pessoa com Deficiência e do Idoso;
1 (um) representante da Fundação Deodato Santana.
I – Da Sociedade Civil:
4 (quatro) representantes das Organizações da Sociedade Civil, prestadoras de serviços à pessoa idosa;
1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
1 (um) representante de instituição de nível superior;
2 (dois) representantes de usuários de serviços preferencialmente com idade superior a 60 (sessenta) anos.
Parágrafo único – Cada membro titular do Conselho Municipal do Idoso terá um suplente oriundo da mesma categoria representativa.
Art. 6º – A indicação dos representantes da Sociedade Civil que comporão o Conselho Municipal do Idoso será precedida de processo de escolha específico disciplinado e regulamentado por resolução própria.
Art. 7º – Caberá ao Conselho Municipal do Idoso encaminhar os nomes dos membros efetivos e suplentes indicados para fins de nomeação por Decreto do Prefeito Municipal.
Parágrafo único – O período do mandato será de 2 (dois) anos, os membros do Conselho do Idoso poderão ser reconduzidos por apenas mais um mandato consecutivo.
Art. 8º – As atividades dos membros do Conselho Municipal do Idoso regem-se pela seguinte disposição.
I – O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço relevante e não remunerado;
II – Os membros do Conselho poderão ser substituídos mediante solicitação própria, ou das entidades que os indicaram, ou quando ainda adotar conduta incompatível com seu Regimento Interno de Conduta.
CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA
Art. 9º – O Conselho Municipal do Idoso é constituído de um colegiado pleno, integrado por todos os conselheiros e terá uma Diretoria Executiva.
Parágrafo único – A Diretoria Executiva terá sua composição e atribuições definidas pelo Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso.
Art. 10 – O Presidente do Conselho Municipal do Idoso será eleito conforme definições do Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso.
CAPÍTULO V
DO FUNCIONAMENTO
Art. 11 – O Conselho Municipal do Idoso terá sua atuação regulada por Regimento Interno próprio.
Parágrafo único – Qualquer alteração regimental far-se-á mediante convocação prévia.
Art. 12 – O Conselho Municipal do Idoso se reunirá em sessões plenárias de deliberação, realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo colegiado ou por requerimento da maioria de seus membros, ou ainda por solicitação do Chefe do Poder Executivo local, com tema previamente informado.

EXPEDIENTE
O Diário Oficial Eletrônico Municipal de São Sebastião é produzido pela Secretaria de Governo/Departamento de Comunicação
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
WWW.SAOSEBASTIAO.SP.GOV.BR
Veículo de Imprensa Oficial / Autorizado pela Lei nº 2436/2017
Beatriz Rego - MTB: 58414/SP
www.saosebastiao.sp.gov.br

Art. 13 – Em regra as sessões do Conselho Municipal do Idoso serão públicas e precedidas de ampla divulgação pelo órgão municipal, exceto aquele que envolverem a apreciação de conselheiro, com essa qualidade.
Art. 14 – O Conselho Municipal do Idoso poderá constituir Comissões Técnicas Orientadoras com a função de subsidiá-la nas questões de monitoramento de organizações sociais, de ordem financeiras, jurídicas e outras pertinentes à área.
Parágrafo único – As funções dos membros da Comissão Técnica Orientadora não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas de interesse público relevante.
CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 15 – Esta Lei não prejudica a competência de outros Conselhos Municipais instituídos, resguardando-se ao Conselho Municipal do Idoso a prerrogativa de deliberação das questões específicas da área do idoso, em última instância.
Art. 16 – Para fins de reconhecimento, as instituições e organizações com prestação de serviço para o idoso deverão inscrever-se no Conselho Municipal do Idoso.
Art. 17 – As despesas oriundas da ampliação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.
Art. 18 – Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber, mediante Decreto.
Art. 19 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.347, de 28 de setembro de 2015.
São Sebastião, 26 de fevereiro de 2019.
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

LEI N° 2605/2019
"Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal do Idoso e dá outras providências".
FELIPE AUGUSTO, Prefeito Municipal de São Sebastião, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
SEÇÃO I
DOS OBJETIVOS
Art. 1º – Fica criado o Fundo Municipal do Idoso, instrumento público municipal, de natureza contábil, em regime de caixa único, vinculado à Secretaria da Pessoa com Deficiência e do Idoso, que tem como objetivo captar e gerenciar recursos para a implantação de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Município de São Sebastião.
Parágrafo único – O Fundo Municipal do Idoso visa assegurar recursos financeiros necessários à efetivação das políticas sociais públicas que contribuam para a preservação da saúde física, mental, aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade da pessoa idosa.
SEÇÃO II
DOS RECURSOS DO FUNDO
Art. 2º – Constituirão receitas do Fundo Municipal do Idoso:
I – os recursos oriundos de convênios, termos de cooperação, fomento ou contratos, de origem nacional ou internacional, celebrados com a finalidade de destinar recursos financeiros ao desenvolvimento de ações para a defesa e a implementação de políticas públicas relacionadas à pessoa idosa;
II – doações, auxílios, subvenções, contribuições, transferências e legados que lhe venham a ser destinados por pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira;
III – verbas consignadas para esse fim em dotações orçamentárias, originárias da Lei Orçamentária Anual – LOA do Município de São Sebastião de seus créditos adicionais;
IV – repasses provenientes da União e do Governo Estadual, ou de organizações governamentais e não governamentais, de origem nacional ou estrangeira, destinado ao Fundo Municipal do Idoso;
V – rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras de seus ativos;
VI – doações em espécie efetuadas ao Fundo Municipal do Idoso;
VII – os valores das multas previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 e suas alterações, o Estatuto do Idoso, quando aplicadas em favor do Município;
VIII – as doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas deduzidas do Imposto de Renda, conforme Lei Federal nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010;
IX – outras receitas correlatas.
Art. 3º – A aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal do Idoso será deliberada pelo Conselho Municipal do Idoso e deverá ser destinado:
I – ao financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços voltados à pessoa idosa, com foco em questões inerentes à mobilidade e acessibilidade, da comunidade ou institucionalizados;
II – nas ações especificadas, endereçadas ao atendimento e acolhimento das demandas em saúde da pessoa idosa;
III – nas iniciativas de conscientização da cultura do respeito à pessoa idosa;
IV – na divulgação dos programas e projetos desenvolvidos pelo Conselho Municipal do Idoso, voltados à pessoa idosa;
V – no apoio e promoção de eventos educacionais e de natureza socioeconômica relacionada à pessoa idosa;
VI – em programas e projetos de qualificação profissionais destinados à inserção da pessoa idosa no mercado de trabalho;
VII – em programas e projetos destinados ao combate à violência, física ou moral, contra a pessoa idosa;
VIII – em outros programas e atividades de interesse da política municipal que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade, especialmente no oferecimento de atividades relacionadas à cultura, esporte e lazer à pessoa idosa;
IX – na aquisição de materiais permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas de atendimento à pessoa idosa;
X – na construção, reforma, ampliação, adaptação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços voltadas ao desenvolvimento de atividades com pessoas idosas, condicionadas à observância da acessibilidade plena;
XI – no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações voltadas à pessoa idosa;
XII – no desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços a pessoas físicas, previstas em dotação orçamentária específica;
XIII – em despesas com consultoria, projetos de pesquisa ou de estudo, relacionados com a pessoa idosa;
XIV – em subvenção social para entidades ou instituições inscritas no Conselho Municipal do Idoso e por este previamente aprovada;
XV – no pagamento e no ressarcimento de despesas, diárias e passagens a representantes do Conselho Municipal do Idoso em eventos ou atividades, voltado especificamente mediante aprovação do referido Conselho;
XVI – no apoio para realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção, defesa, controle e garantia dos direitos da pessoa idosa;
XVII – na manutenção de banco de dados com informações sobre programas, projetos e atividades governamentais e não governamentais de âmbito municipal, regional, estadual, federal e internacional relativos à pessoa idosa.
SUBSEÇÃO I
DOS PASSIVOS DO FUNDO
Art. 4º – Constituem passivo do Fundo Municipal do Idoso, as obrigações de qualquer natureza que porventura este venha a assumir, vinculadas à finalidade institucionais.
SUBSEÇÃO II
DOS ATIVOS DO FUNDO
Art. 5º – Constituem ativos do Fundo Municipal do Idoso:
I – disponibilidades monetárias em banco ou em caixa, oriundas das receitas especificadas no art. 2º desta Lei;
II – direito que porventura vier a constituir;
III – bens móveis e imóveis que a ele forem destinados.
Parágrafo único – Anualmente se procederá ao inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo Municipal do Idoso.
CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO
SEÇÃO I
DA SUBORDINAÇÃO DO FUNDO
Art. 6º – O Fundo ficará subordinado operacionalmente à Secretaria da Pessoa com Deficiência e do Idoso.
SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO
Art. 7º – São atribuições da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do Idoso, por intermédio do Gestor do Fundo Municipal do Idoso, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo:
I – Supervisionar as atividades de contabilidade do Fundo Municipal do Idoso, acompanhando e centralizando os resultados da gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial;
II – Evidenciar o orçamento do Fundo Municipal do Idoso com as políticas e programas de trabalhos governamentais, observando o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de São Sebastião;
III – Integrar o orçamento do Fundo Municipal do Idoso com o orçamento do Município de São Sebastião, em obediência ao princípio da unidade;
IV – Submeter ao Conselho Municipal do Idoso o Plano de Aplicação a cargo do Fundo, em consonância com o Conselho Municipal do Idoso e com o orçamento municipal;
V – Submeter ao Conselho Municipal do Idoso as demonstrações mensais da receita e despesa do fundo;
VI – Emitir e assinar notas de empenho, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo;
VII – Tomar conhecimento e dar cumprimento às obrigações definidas em convênios e/ou contratos propostos pelo Conselho Municipal do Idoso e firmados pelo Prefeito Municipal;
VIII – Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;
IX – Manter em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo;
X – Encaminhar à contabilidade geral do Município;
mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;
trimestralmente, os inventários de bens materiais e serviços;
anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo.
XI – Firmar, com o responsável pelo controle da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;
XII – Providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do Fundo;
XIII – Apresentar ao Conselho Municipal do Idoso a análise e a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo, detectada nas demonstrações mencionadas;
XIV – Manter os controles necessários dos contratos e convênios de execução de programas e projetos firmados com instituições governamentais e não governamentais;
XV – Manter controle necessário das receitas do Fundo, estabelecidas no Artigo 2º desta Lei.
Art. 8º – As diversas receitas do Fundo Municipal do Idoso previstas nesta Lei, observada a programação financeira, quando liberadas, serão depositadas em banco oficial, em conta bancária denominada "PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO".
Parágrafo único. As atividades referidas no caput deste artigo obedecerão às determinações e orientações da Secretaria da Pessoa com Deficiência e do Idoso, a quem compete gerir o Fundo.
Art. 9º – O Fundo Municipal do Idoso será extinto:
I – mediante Lei;
II – mediante decisão judicial.
Parágrafo único. O patrimônio apurado em caso de extinção do Fundo Municipal do Idoso será absorvido pelo Fundo Municipal da Assistência Social, salvo disposição em contrário.
Art. 10 – O Fundo Municipal do Idoso terá vigência por prazo indeterminado.
Art. 11 – O saldo financeiro apurado no balanço do Fundo Municipal do Idoso será incorporado ao seu orçamento e poderá ser utilizado no exercício subsequente.
Art. 12 – Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber, mediante Decreto.
Art. 13 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial a Lei n° 2.346, de 28 de setembro de 2015.
São Sebastião, 26 de fevereiro de 2019.
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

LEI N° 2606/2019
"Dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do município de São Sebastião e dá outras providências."
FELIPE AUGUSTO, Prefeito Municipal de São Sebastião, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou a ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Artigo 1º - As apresentações de trabalho cultural por artistas de rua em vias, cruzamentos, parques e praças públicas deverão observar as seguintes condições:
I - permanência transitória no bem público, limitando-se a utilização ao período de execução da manifestação artística;
II - gratuidade para os espectadores, permitidas doações espontâneas e coleta mediante passagem de chapéu;
III - não impedir a livre fluência do trânsito;
IV - respeitar a integridade das áreas verdes e demais instalações do logradouro, preservando-se os bens particulares e os de uso comum do povo;
V - não impedir a passagem e circulação de pedestres, bem como o acesso a instalações públicas ou privadas;
VI - não utilizar palco ou qualquer outra estrutura sem a prévia comunicação ou autorização junto ao órgão competente do Poder Executivo, conforme o caso;
VII - obedecer aos parâmetros de incomodidade e os níveis máximos de ruído estabelecidos pela Lei Municipal nº 2506/2017, que dispõe sobre ruídos urbanos e proteção do bem-estar e do sossego público no âmbito do município de São Sebastião;
IX - não ter patrocínio privado que as caracterize como evento de marketing, salvo projetos apoiados por lei municipal, estadual, federal ou demais iniciativas de incentivo à cultura.
Artigo 2º - Compreendem-se como manifestações, apresentações, atividades ou eventos culturais de artistas de rua, dentre outras, o teatro, a dança individual ou em grupo, o hip-hop, a capoeira, a performance, a mímica, as artes visuais, o audiovisual, o artesanato, o malabarismo ou outra atividade circense, a música, o folclore, blocos e escolas de samba, a literatura, a poesia declamada ou em exposição física das obras, entre outras expressões artísticas cujas realizações sejam compatíveis com o uso compartilhados dos logradouros públicos, bem como estejam em conformidade com as regras previstas nesta lei.
Artigo 3º - Durante a atividade ou evento, fica permitida a comercialização de bens culturais duráveis como CDs, DVDs, livros, quadros, fotografias, peças artesanais, entre outros bens, desde que sejam de autoria do artista ou grupo de artistas de rua em apresentação e sejam observadas as normas que regem a matéria.
CAPÍTULO I
DAS REGRAS PARA USO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS
Artigo 4º - A permanência transitória nos logradouros públicos, para fins de manifestações, atividades e apresentações culturais por artistas de rua, não poderá ultrapassar o período de 8 (oito) horas,

EXPEDIENTE
O Diário Oficial Eletrônico Municipal de São Sebastião é produzido pela Secretaria de Governo/Departamento de Comunicação
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
WWW.SAOSEBASTIAO.SP.GOV.BR
Veículo de Imprensa Oficial / Autorizado pela Lei nº 2436/2017
Beatriz Rego - MTB: 58414/SP
www.saosebastiao.sp.gov.br

excetuando-se o tempo necessário para os devidos preparativos por parte do artista, vedada qualquer forma de reserva de espaço para seu uso exclusivo.
Artigo 5º - Não serão permitidas apresentações:
I - a menos de 5m (cinco metros) de:
a) pontos de ônibus e de táxis;
b) orelhões, cabines telefônicas e similares;
c) entradas e saídas de rodoviárias, píer e atracadouros;
d) hospitais, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios públicos ou particulares, farmácias e cemitérios;
e) portões de acesso a estabelecimentos de ensino.
II - a menos de 20m (vinte metros) de logradouros onde ocorrem as feiras de arte, artesanato e antiguidades devidamente criadas e oficializadas pelo Poder Público, no caso dos artistas de rua cuja atividade principal seja de artes plásticas ou artesanato;
III - a menos de 30m (trinta metros) de hospitais, casas de saúde, prontos socorros e ambulatórios públicos ou particulares, no caso de artistas cuja atividade provoque qualquer tipo de emissão sonora;
IV - em frente a guias rebaixadas;
V - em frente a portões de acesso a edificações e repartições públicas.
§ 1º Os artistas de rua não poderão manter obstruído o acesso a hidrantes, tampas de bueiros e poços de visita.
§ 2º Os artistas de rua deverão garantir a coleta dos resíduos produzidos em decorrência de sua atividade.
Artigo 6º - Deve ser respeitada a distância de, pelo menos, 10m (dez metros) entre artistas de rua cuja atividade produza emissão sonora.
Artigo 7º - Para não impedir a passagem e a circulação de pedestres, bem como o acesso a instalações públicas ou privadas, deverá ser mantido o mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de calçada livre e desimpedida para o tráfego de pedestres, respeitada a ocupação máxima de 1/3 (um terço) da largura total do passeio, que não poderá ter largura inferior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), bem como obedecer as demais normas da Lei Federal de Acessibilidade nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
Artigo 8º - A utilização de palco ou estrutura similar com suporte físico com área superior a 4m² (quatro metros quadrados), altura maior que 50cm (cinquenta centímetros) do solo ou com cobertura estrutural dependerá de prévia autorização.
§ 1º Devem ser utilizadas, em qualquer caso, apenas estruturas facilmente removíveis, que deverão ser retiradas pelo artista imediatamente após o término da apresentação.
Artigo 9º - Os artistas de rua deverão obedecer aos parâmetros de incomodidade e aos níveis máximos de ruído estabelecidos pela Lei Municipal nº 2506/2017.
§ 1º A FUNDASS – Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião Deodato Sat'Anna poderá estabelecer, mediante portaria, procedimentos próprios para a apresentação e fiscalização de denúncias, eventuais ou recorrentes.
§ 2º Não poderão ser utilizados, em nenhuma hipótese, aparelhos sonoros para a promoção da venda ou divulgação dos produtos comercializados.
Artigo 10 - De modo a não impedir a livre fluência do trânsito, as atividades artísticas que necessitem de utilização de veículos automotores dependerão de prévia concordância do Departamento de Tráfego Municipal - DETRAF.

CAPÍTULO II
DO CADASTRO E DA ACOMODAÇÃO DE ARTISTAS DE RUA

Artigo 11 - Cabe à FUNDASS – Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião Deodato Sant'Anna implementar, manter e atualizar o Cadastro Municipal de Artistas de Rua, de formato eletrônico, "online", e de caráter gratuito, cujas informações serão utilizadas para fins de identificação, localização e divulgação dos artistas de rua.
§ 1º O Cadastro Municipal de Artistas de Rua deverá contemplar, no mínimo, as seguintes informações:
I - nome do artista ou do grupo de artistas de rua envolvidos;
II - tipo de manifestação artística frequente;
III - locais e horários de manifestação ou de apresentação frequentes.
§ 2º O Cadastro Municipal de Artistas de Rua poderá também ser utilizado como base para a medidas destinadas a dotar os artistas de rua de melhores condições para a realização de suas apresentações, bem como para acomodar a demanda em diversos locais e horários, em áreas com alta demanda pelos artistas de rua ou com características especiais de circulação e de fluxo de pessoas, a serem definidas pelo Poder Público.
§ 3º A Secretaria Municipal de Cultural de São Sebastião deverá adotar as medidas necessárias para que os interessados possam realizar suas inscrições de maneira eletrônica e gratuita.
§ 4º A inscrição no cadastro não é condição para a realização de apresentações na rua, mas será exigida no caso da necessidade de acomodação, em áreas com alta demanda pelos artistas de rua ou com características especiais de circulação e de fluxo de pessoas.
Artigo 12 - Poderá a FUNDASS – Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião Deodato Santana criar Comissão Temporária de Conciliação para elaborar regramento específico e/ou expedir autorização temporária para os casos:
I - de local com alta demanda de artistas de rua;
II - que apresentem conflitos manifestos.

CAPÍTULO III
DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS DE CONCILIAÇÃO

Artigo 13 - A Comissão Temporária de Conciliação deverá ser composta por, no mínimo, 02 (dois) representantes da FUNDASS - Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião Deodato Sant'Anna, 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Turismo de São Sebastião – SETUR e 02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Políticas Culturais de São Sebastião – CMPCSS – das linguagens em questão.
Parágrafo único - Cabe à Comissão Temporária de Conciliação receber eventuais reclamações relacionadas à realização de manifestações, atividades e apresentações culturais, identificar os responsáveis e ouvir os envolvidos, objetivando compor os diversos interesses em conflito, valendo-se, quando necessário, do auxílio de outros órgãos e entidades da Administração.
Artigo 14 - Havendo demanda maior do que a disponibilidade de espaços para a realização de manifestações, atividades e apresentações culturais nos mesmos lugares e horários ou havendo conflitos entre artistas de rua, moradores e comerciantes locais, deverão os interessados buscar solução mediada pela Comissão Temporária de Conciliação.
§ 1º A Comissão Temporária de Conciliação buscará solucionar as questões por meio das seguintes medidas:
I - validação de acordo firmado diretamente entre as partes envolvidas;
II - acordo promovido no âmbito da própria Comissão;
III - se cabível e necessário, a realização de sorteios públicos.
§ 2º As decisões da Comissão Temporária de Conciliação poderão ser referendadas pela FUNDASS - Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião Deodato Sant'Anna.

CAPÍTULO IV
DAS DOAÇÕES ESPONTÂNEAS DOS ESPECTADORES E DA COMERCIALIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS DURÁVEIS DE AUTORIA PRÓPRIA

Artigo 15 - As doações espontâneas dos espectadores serão coletadas mediante a utilização de qualquer recipiente adequado para essa finalidade, usualmente denominada "passagem de chapéu".
Artigo 16 - Durante a atividade ou a manifestação, fica permitida a comercialização de bens culturais duráveis, de autoria única e exclusiva do artista ou grupo de artistas de rua em apresentação, como CDs, DVDs, livros, quadros, fotografias, peças artesanais, entre outros bens, desde que sejam de autoria do artista ou grupo de artistas de rua em apresentação e sejam observadas as normas que regem a matéria.
Parágrafo único – Caso seja necessário a utilização de suporte elevado para a comercialização, será permitida uma única estrutura que não poderá exceder o tamanho de 1m (um metro) de altura, largura e profundidade.

CAPÍTULO V
DAS REGRAS ESPECÍFICAS PARA OS ARTESÃOS

Artigo 17 - Os artesãos poderão expor e comercializar os bens por eles produzidos em praças públicas do município de São Sebastião, desde que respeitem as normativas descritas nesta lei.
Artigo 18 - Aplicam-se aos artistas do artesanato de rua, no que couber, as regras de uso de logradouros públicos, bem como as demais regras de conciliação, de infrações e de aplicação de penalidades previstas nesta lei.
Artigo 19 - O Executivo poderá constituir Grupo de Trabalho com a incumbência de empreender estudos, discutir e propor políticas públicas para o desenvolvimento artesanato local.
§ 1º O Grupo de Trabalho será integrado por representantes do poder público e da sociedade civil, de forma paritária, com a necessária representação de entidades e pessoas vinculadas ao artesanato.
§ 2º Poderão ser convidados para participar das reuniões do Grupo de Trabalho especialistas, pesquisadores e representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas.

CAPÍTULO VI
DAS INFRAÇÕES E DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Artigo 20 - Os artistas de rua que descumprirem quaisquer obrigações previstas nesta lei, sujeitar-se-ão às seguintes sanções, aplicáveis pelas autoridades competentes, sem prejuízo de outras previstas em lei, inclusive as de natureza civil e penal:
I - advertência;
II - cessação de atividades;
III - apreensão de equipamentos.
§ 1º Os artistas de rua estarão sujeitos à cessação de atividades se já tiverem sido advertidos e não for atendida a determinação da autoridade competente para a cessação imediata da infração, quando:
I - excederem o tempo de permanência de oito horas;
II – os locais de alta demanda forem regrados pela Comissão Temporária de Conciliação;
III - impedirem a livre fluência do trânsito sem prévia concordância da DITRAF;
IV - desrespeitarem a integridade das áreas verdes e demais instalações do logradouro ou atentar contra a preservação de bens particulares e dos bens de uso comum do povo;
V - não mantiverem o espaço mínimo de calçada desimpedido para o tráfego de pedestres, conforme previsto nesta lei;
VI - apresentarem-se em condições ou distâncias desconformes com o previsto nos incisos I a V do "caput" do artigo 8º desta lei;
VII - desobedecerem os parâmetros de incomodidade e os níveis máximos de ruído estabelecidos pela Lei Municipal nº 2506/2017, ou o disposto no artigo 12 desta lei.
§ 2º Os artistas de rua estarão sujeitos à apreensão dos palcos e estruturas, equipamentos de amplificação e bens comercializáveis se já tiverem sido advertidos pelo cometimento da mesma infração, ressalvado o disposto no § 4º deste artigo, quando:
I - utilizarem palco ou estrutura maior ou em condições desconformes com o previsto no parágrafo único do artigo 19 desta lei;
II - comercializarem bens culturais duráveis que não sejam de autoria própria ou utilizarem suportes que ultrapassem as medidas especificadas no parágrafo único do artigo 15;
III - desobedecerem os parâmetros de incomodidade e os níveis máximos de ruído estabelecidos pela Lei Municipal nº 2506/2017;
IV - utilizarem aparelhos sonoros para a promoção da venda ou divulgação dos produtos comercializados.
§ 3º Todo o material apreendido durante a atividade de fiscalização deverá ser acondicionado pelo órgão municipal responsável em sacos apropriados e lacrados, e imediatamente encaminhados para locais apropriados da Prefeitura de São Sebastião, às quais compete a guarda e a conservação dos bens, até sua final destinação.
§ 4º Em nenhuma hipótese haverá apreensão de instrumentos musicais ou congêneres, bem como das ferramentas de trabalho dos artesãos.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 21 - Não poderá haver cobrança, a qualquer título, de taxa ou preço público em decorrência da realização de manifestações, atividades e apresentações culturais pelos artistas de rua, previstas nesta lei, nos logradouros públicos.
Artigo 22 - Compete à Prefeitura de São Sebastião a fiscalização do cumprimento das disposições desta lei, por meio dos órgãos competentes.
Artigo 23 - Compete à Prefeitura de São Sebastião, com a colaboração dos demais interessados e setores envolvidos, a elaboração de cartilha e/ou outros tipos de materiais didáticos que entender necessários para difundir boas práticas e diretrizes que poderão ser adotadas para a resolução de eventuais conflitos.
Artigo 24- O disposto nos Capítulos III e IV desta lei produzirá efeitos 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação, quando as providências ali referidas já deverão estar completamente efetivadas e em condições de operacionalização e funcionamento.
Artigo 25 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.
Artigo 26 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.
Artigo 27 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
São Sebastião, 26 de fevereiro de 2019.
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

LEI Nº 2607/2019
"Declara de utilidade pública a Associação Esportiva 7 de Setembro."
FELIPE AUGUSTO, Prefeito Municipal de São Sebastião, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou a ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Artigo 1º - É declarada de utilidade pública municipal a Associação Esportiva 7 de Setembro, CNPJ: 50.324.318/0001-04, com sede a Rua José Belmiro Gomes, nº 120, Bairro São Francisco, São Sebastião.
Artigo 2º - Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:
I. Substituir os fins constantes do estatuto ou deixar de cumprir as disposições estatutárias;
II. Alterar a sua denominação e, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da averbação no Registro público, não comunicar a ocorrência ao departamento competente da administração pública municipal local.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
São Sebastião, 26 de fevereiro de 2019.
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

LEI Nº 2608/2019
"Institui o "Dia Municipal de Valorização da Família" nas escolas."
FELIPE AUGUSTO, Prefeito Municipal de São Sebastião, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou a ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Artigo 1º - Fica instituído o Dia Municipal de Valorização da família nas escolas a ser comemorado no dia 08 de dezembro, que integrará o calendário oficial do município.
Artigo 2º - O Dia Municipal de Valorização da Família nas escolas tem por objetivo:
I. Ressaltar o dever das instituições em zelar pela família e pela promoção do seu fortalecimento;
II. Promover a reflexão e a discussão acerca do conceito de família na sociedade atual e seus problemas econômicos, sociais, culturais, éticos e morais.
Artigo 3º - A Secretaria da Educação, durante a realização do dia municipal de Valorização da Família, proporá um programa de valorização da família, junto às escolas municipais e particulares promovendo atividades voltadas aos objetivos do artigo 2º desta lei, e trabalhos a serem desenvolvidos pelos alunos a respeito deste tema, no sentido de atingir seus propósitos, podendo seguir a seguinte ordem:

EXPEDIENTE
O Diário Oficial Eletrônico Municipal de São Sebastião é produzido pela Secretaria de Governo/Departamento de Comunicação
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
WWW.SAOSEBASTIAO.SP.GOV.BR
Veículo de Imprensa Oficial / Autorizado pela Lei nº 2436/2017
Beatriz Rego - MTB: 58414/SP
www.saosebastiao.sp.gov.br

I. Promover palestra para alunos, pais, professores e a comunidade geral;
II. Promover concurso de redação;
III. Criar murais alusivos à importância da família;
IV. Promover peças teatrais, sessões de cinema e teatro de fantoches;
V. Outras finalidades que a escola considere importantes.

Artigo 4º - O poder executivo apoiará as comemorações nas escolas, com mobilização dos serviços públicos, divulgação nas mídias sociais, carro de som nos bairros e orientação dos programas mantidos por seus distintos órgãos e secretarias, ficando assegurada a participação local, através das suas organizações respectivas, na formulação das atividades e festejos.

Parágrafo 1º - Nas atividades definidas neste artigo, o poder público estimulará a participação de organização comunitária, culturais, religiosas e empresariais, dentre outras, com as mesmas finalidades.

Parágrafo 2º - Os palestrantes serão do próprio quadro da Prefeitura ou convidados voluntários, sob a coordenação da Secretaria da Educação.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião, 26 de fevereiro de 2019.

FELIPE AUGUSTO
Prefeito

EXPEDIENTE
O Diário Oficial Eletrônico Municipal de São Sebastião é produzido pela Secretaria de Governo/Departamento de Comunicação

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
WWW.SAOSEBASTIAO.SP.GOV.BR
Veículo de Imprensa Oficial / Autorizado pela Lei nº 2436/2017

Beatriz Rego - MTB: 58414/SP
www.saosebastiao.sp.gov.br